



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

SESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, reuniu na sede da Freguesia, na Sala da Assembleia Municipal, em sessão ordinária, a Assembleia da Freguesia de São João Baptista, sob a Presidência de Cláudio Palmeirão Abreu da Costa, Presidente da Assembleia de Freguesia, que declarou aberta a sessão eram vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte ordem do dia: -----

----- **Ponto Um** – *Apreciar e Votar a 1ª Revisão Orçamental;* -----

----- **Ponto Dois** – *Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.* -----

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia: -----

----- Em representação do Partido Socialista (PS): -----

- Cláudio Palmeirão Abreu da Costa – Presidente -----
- Nuno Miguel Vilela Marques – Primeiro Secretário -----
- José Maria Laranjeira Campanhe – Segundo Secretário -----
- Martinho Manuel Pereira Sousa -----
- Cristina Maria Castanhas Costa -----
- José Luís Canelo Rodrigues -----

----- Em representação do Partido Social Democrata (PSD): -----

- Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins -----
- Adelino Ramos Lopes -----
- José Maria Lopes Terra -----

----- Em representação da Coligação Democrática Unitária (CDU): -----

- Maria de Ascensão Fernandes Miguel -----
- José Fernando Martins Jorge -----

----- Em representação do Partido Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) -

- Maria Teresa Carrinho Barroso Botas -----

----- Em representação do Bloco de Esquerda (BE) -----

- Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro -----

----- Enviadas convocatórias a todos os membros que compõem esta Assembleia de Freguesia, afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia, com o anúncio do dia, hora, local da reunião e respetiva ordem do dia. -----

----- Em representação do órgão Executivo da Junta de Freguesia, estavam presentes todos os seus membros: o Presidente, Rui Cardoso Maurício, a Secretária Alice da Guia Duarte, o Tesoureiro Albino Máximo Monteiro Gonçalves, e as Vogais Maria da Conceição Gordo Faustino e Maria Teresa Alves Mainha. -----

----- Antes do início da sessão o Presidente do Órgão Executivo tomou a palavra pedindo desculpa a todos pelas condições da sala não serem as mais adequadas. Convida todos os presentes a visitar a mostra de antiguidades, patente na sala de sessões, que será inaugurada, no dia vinte de julho de dois mil e catorze, coincidindo com início das festas da cidade. Informa ainda que existe outra sala da Junta de Freguesia, que se encontra ocupada com atelier de pintura, para crianças dos três aos dez anos, que decorrerá no período das festas, no horário compreendido entre as dezanove e as vinte e duas horas, havendo um professor de pintura e artes plásticas, para trabalhar com as mesmas, convidando os presentes a visitar também. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia inicia a sessão desejando uma boa noite a todos, reiterando o pedido de desculpas pelo local onde se realiza a Assembleia de Freguesia, devido à contingência das Festas. -----

----- Referindo-se aos atrasos perpetuados pelos deputados, frisou que durante trinta e oito anos, viveu em clima de trabalho e se calhar nunca chegou um dia atrasado. Fez sempre disso o seu cartão-de-visita pedindo que se evitem atrasos. Futuramente gostava que os horários fossem cumpridos. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia coloca a ata da sessão anterior para apreciação e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente continuando no uso da palavra, entrou no período de antes da ordem do dia, enunciando o seguinte: -----

- Na reunião anterior foram referidos dois documentos um da Câmara Municipal de Elvas sobre “a luta contra o Cancro” que, pelo facto de não vir dirigido à Assembleia de Freguesia, não foi colocado a votação, tendo sido apenas dado conhecimento e uma moção que visava a parte escolar, que achou por bem colocar à apreciação e votação. Na altura surgiram algumas dúvidas acerca destas situações, pelo que decidiu formular a questão à Anafre: Qual seria o comportamento da Assembleia em situações futuras, referente ao aparecimento de moções ou propostas? A informação da Anafre é clara e da qual o Presidente leu um excerto “... deste modo verificando os membros da Assembleia, após a devida divulgação pela mesa que os referidos apelos, moções ou officios encerrem em si assuntos de relevo para a Freguesia e que impõem uma tomada de posição, poderão as matérias em causa ser objeto de deliberação, desde que se trate de uma sessão ordinária e a urgência do tratamento dos mesmos seja reconhecida por dois terços dos seus membros.” Por conseguinte a partir de agora, tudo o que for de interesse para a Freguesia passará a ser tratado dessa forma, discutido e votado, tudo o

que não seja reconhecido interesse para a Freguesia, dar-se-á conhecimento e é arquivado. Colocou de seguida ao dispor da Assembleia o officio da Anafre para leitura.

----- Dando conhecimento do expediente recebido:-----

- Convite da Câmara Municipal para participação no *Dia Municipal do Idoso* – A Assembleia esteve representada pelo deputado José Luís Canelo. -----
- Convite para as comemorações do *24º Aniversário* do Centro de Convívio da Terceira Idade – A Assembleia esteve representada pelo seu Presidente. -----
- Convite para a abertura Oficial das Festas da Cidade – A Assembleia será representada pelo seu Presidente. -----

----- Seguidamente informa que foram apresentadas duas moções pelo BE, solicitando ao Secretário da mesa a leitura da primeira moção a qual se passa a transcrever: “... Na noite passada, aluiu parte da cobertura da Ribeira de Santa Catarina, junto à Rua D. Nuno Álvares Pereira, no centro da nossa Freguesia. Neste momento, várias garagens estão praticamente inacessíveis e o rombo da cobertura mostra o curso da Ribeira, a céu aberto, exalando um cheiro pestilento. Este incidente provoca incómodos e obriga a encargos financeiros imprevistos. Mostra ainda a precariedade da solução adotada há largos anos. Pior do que tudo, evidencia uma preocupante falta de segurança, pois já é o segundo aluimento em escassos anos. Nestas circunstâncias, a Assembleia de Freguesia de S. João Baptista – Entroncamento, para além de relevar a necessidade de um plano global para limpar, despoluir e regularizar a Ribeira de Sª Catarina: - Manifesta a sua preocupação por este aluimento, recomendando a máxima celeridade na reposição da cobertura; - Considera indispensável a obtenção de garantias de segurança sobre a restante cobertura da Ribeira, em particular nas zonas em que esta é atravessada por vias com trânsito automóvel; - Defende que, enquanto as obras durarem, sejam tomadas medidas que permitam o acesso automóvel às garagens agora inacessíveis, ainda que de forma condicionada. Entroncamento, 19 de Junho de 2014 A eleita pelo Bloco de Esquerda. Se aprovada, esta recomendação deverá ser enviada à nossa Junta de Freguesia, à Câmara Municipal do Entroncamento e à Comunicação Social.”-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia toma a palavra, referindo que esta moção para entrar na Ordem de Trabalhos terá de ser votada, pelo que a coloca em votação. -----

----- A entrada da moção foi aprovada, por maioria, com uma abstenção da bancada do PSD, Adelino Lopes. -----

----- O Presidente da Assembleia Freguesia refere que no sábado passou no local e analisou a situação tendo feito chegar uma informação à Junta de Freguesia, não propriamente sobre o abatimento, mas sobre outras situações. De seguida passa a palavra à proponente para que ela dê mais alguns esclarecimentos acerca da moção apresentada. -----

❖ **BE** - Anabela Cavalheiro, referiu que a moção tem a ver com a preocupação não só do abatimento, mas com uma questão mais vasta que tem a ver com a despoluição da

ribeira de Santa Catarina. Neste caso, é uma zona que tem de estar tapada, pois condiciona o acesso às garagens. No entanto, há zonas do Entroncamento onde esta corre sem estar coberta, onde também existe a necessidade de intervenção e de se acautelar situações de segurança. -----

- ❖ **PSD** – Teresa Martins, cumprimenta os colegas e sugere, em primeiro lugar que o documento não seja considerado uma moção, mas sim uma recomendação, pois na sua opinião seria o termo mais correto. Em segundo lugar, pensa que a recomendação terá sido feita um pouco em cima do joelho porque encontrou algumas incongruências. De qualquer forma considera que o assunto é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu que na moção é escrito “...relevar a necessidade de um plano global para limpar, despoluir e regularizar a Ribeira de S^a Catarina: - Manifesta a sua preocupação por este aluimento, recomendando a máxima celeridade na reposição da cobertura; Questiona como é que se pode despoluir, limpar e regularizar com a máxima celeridade na reposição da cobertura naquele sítio. Na sua opinião deve ser agora limpa e tapada com a máxima celeridade. De resto não vê mal, mas acha que no momento e como já referiu, foi feita um bocadinho em cima do joelho e portanto nesse sentido irão abster-se aquando da sua votação. -----
- ❖ **PS** – José Luís Canelo, concorda com a colega da bancada do PSD de que o documento deverá passar a ser uma recomendação, porque na sua opinião o BE tem a intenção de sugerir, ou melhorar a situação e resolvê-la quanto antes, já que está a perturbar os cidadãos desta Freguesia. Em sua opinião o que se passa ali é resolúvel em pouco tempo. Agora a limpeza da ribeira é de difícil resolução, porque existem muitos esgotos domésticos e pluviais a desaguar diretamente na mesma. Tem conhecimento de um projeto, elaborado no anterior executivo camarário, onde está prevista uma comporta na zona norte a direcionar uma conduta, através de uma estrutura, para a ribeira da Ponte da Pedra, deixando a mesma de passar por dentro da cidade. Mas o problema são as águas que irão estar sempre com resíduos e maus cheiros, e esse problema terá de ser resolvido fogo a fogo. Haverá também muitas situações feitas ilegalmente, que nem a Câmara Municipal, nem os técnicos têm conhecimento, porque nos anos noventa, no auge da construção desenfreada, muitas ligações não deveriam ter sido feitas. Na Rua Martim de Freitas, havia uma loja de vinhos e o seu proprietário ao estacionar a viatura a ribeira aluiu e a carrinha ficou lá dentro. É uma estrutura que não aguenta muita carga. Por isso não deve de ter sido a segunda vez. É um assunto premente. Deve-se comunicar à Câmara Municipal para tomar as medidas mais corretas a fim de resolver o assunto. -----
- ❖ **CDU** – Martins Jorge, refere que não vê qualquer inconveniente na mudança de moção para recomendação, depende da preponente. Não vê qualquer problema que a

Assembleia de Freguesia aprove tudo o que está escrito no documento, porque de facto os problemas com a ribeira de Santa Catarina já se arrastam há muitos anos. São os aluimentos, a sobrecarga das águas, despejos a montante que não são propriamente águas pluviais, daí a questão de um plano global para despoluir, limpar e regularizar a ribeira. A preponente só releva/manifesta a sua preocupação pelo aluimento e recomenda a máxima celeridade na sua recuperação. Os responsáveis da Câmara Municipal devem também ter estas preocupações. Não vê nenhum problema em que se revele a necessidade de um plano global, como já foi frisado, do desvio do caudal, mas terá de ser um plano mais estudado pelos técnicos e por quem de direito, pois pode-se estar a desviar o curso da ribeira, que deve custar uns milhares, e não resolver o problema. Irão votar favoravelmente. -----

❖ **CDS** – Teresa Botas, referiu estar de acordo com a bancada da CDU.-----

❖ **BE** - Anabela Cavalheiro, não vê qualquer inconveniente que passe de moção para recomendação, assim como passe de segundo para terceiro aluimento. Efetivamente quando se fala em limpeza, não é do espaço, mas da ribeira de uma forma global. Aliás há alguns anos atrás, assistiu a um grupo de trabalho do Casal Sentista, ligado com alguém da Universidade do Porto, que fez um estudo e mostrava imagens da ribeira no estado natural e depois quando começou a estar poluída, ainda antes de entrar na cidade. O próprio Parque do Bonito, também não era aquele que se conhece neste momento. Se não tivesse havido tanto investimento, ao longo dos anos, era somente uma nascente de águas. A ribeira de Santa Catarina parece ser um espaço com potencial, mas neste documento existem duas situações, terão de haver obras imediatas e verificação das condições de segurança.-----

----- Após estas questões o Presidente da Assembleia de Freguesia voltou a recordar que foi falado em alterar a moção para recomendação e a deputada Teresa Martins falou no quarto parágrafo “... *Nestas circunstâncias, a Assembleia de Freguesia de S. João Baptista – Entroncamento, para além de relevar a necessidade de um plano global para limpar, despoluir e regularizar a Ribeira de Santa Catarina: ...*”, gostaria que a mesma aclarasse. -----

----- A deputada Teresa Martins retomando a palavra reafirmou que recomendação sim, embora não altere o sentido de voto. Deu uma nota relativamente ao que a deputada do BE referiu da sessão de esclarecimento ocorrida no Casal Sentista. À época o executivo anterior teve conhecimento dessa sessão, tendo estado presente o Secretário. Posteriormente, numa reunião realizada com a comissão referenciada e o executivo que se encontrava em funções, na Freguesia de São João Baptista, houve toda a abertura para uma possível colaboração, mas até agora, não houve conclusão, alvitrou-se a compra de uns Kits para a limpeza da ribeira, com voluntários, equipas de trabalho, mas não passou de meras intenções.-----

----- Terminado este esclarecimento o Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se

havia mais alguma consideração sobre a situação. Como ninguém se pronunciou o documento foi colocado a votação, com as seguintes ressalvas: alterar o nome de moção para recomendação e de segundo para terceiro aluimento. O documento foi aprovado por maioria, com três abstenções do PSD. Esta recomendação seguirá depois para as entidades mencionadas pela proponente. -----

----- De imediato passou-se para a segunda moção apresentada também pelo BE e que irá ser lida pelo Secretário da Mesa, a qual se transcreve na íntegra e é acompanhada pelo Decreto-Lei que a fundamenta: "*...MOÇÃO A Portaria n.º 82/2014 prevê cortes em parte das valências médicas e cirúrgicas nos três hospitais integrados no Centro Hospitalar do Médio Tejo – Torres Novas, Abrantes e Tomar – e ainda no hospital de Santarém. A concretizar-se o plano fixado na Portaria governamental, o distrito de Santarém poderá, inclusivamente, ficar sem qualquer maternidade. Além disto, está a ser preparada a agregação dos quatro hospitais públicos distritais num único "Grupo Hospitalar do Ribatejo". Este quadro é muito preocupante e exige a nossa denúncia pública. Por um lado, a famigerada Portaria n.º 82/2014 prevê uma efetiva redução de valências. Por outro, nunca nenhuma agregação de hospitais se fez sem perda de valências, em algumas das suas unidades. Por fim a prática governamental tem sido a da contínua redução de serviços públicos. As transformações já em curso, mas envoltas em secretismo têm vindo a suscitar natural indignação de autarcas e populações. É que, no momento em que são reconhecidas as insuficiências do serviço de urgência do Hospital de Abrantes (por exemplo), em lugar de dotar as equipas com os recursos necessários a um bom desempenho, o governo prepara a retração da oferta de serviços. Na mira estão mais uma vez as pessoas comuns, que só vêm contando no momento de cortar salários, reduzir reformas e sobrecarregar com impostos--, mas abandonados na hora da doença, quando estão mais vulneráveis e mais precisam de apoio. Nestas circunstâncias, a Assembleia de Freguesia de São João Baptista – Entroncamento, decide: - Exigir a revogação da Portaria 82/2014; - Pronunciar-se pela manutenção de todas as valências existentes nas diversas unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo, as que mais diretamente servem a nossa Freguesia; - Manifestar-se desde já e frontalmente, contra qualquer reorganização hospitalar no distrito que implique retirada da valências nos hospitais que atualmente as disponibilizam; - Apoiar iniciativas neste mesmo sentido, provindas de outas autarquias da nossa região, e declarar-se aberta à cooperação e à articulação de esforços; - Alertar a população da nossa freguesia para as implicações negativas das alterações em curso na prestação dos cuidados de saúde, apelando à mobilização contra estas alterações. Entroncamento, 19 de junho de 2014 A eleita do Bloco de Esquerda. Se aprovada, esta moção deverá ser enviada à Junta de Freguesia de São João Baptista, à Câmara Municipal do Entroncamento, à Anafre, ao Ministério da Saúde e à Comunicação Social...*". -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, mais uma vez referiu que para a moção poder entrar tem de ser votada. Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade, a sua entrada para discussão, dando a palavra à preponente. -----

- ❖ **BE** - Anabela Cavalheiro – Referiu que para além da portaria que acompanhava a moção, tinha na sua posse um conjunto de documentos, que os membros da Assembleia de Freguesia podem consultar, nomeadamente uma notícia onde o Secretário de Estado da Saúde diz que qualquer alteração na perda de valências se fará sem que os autarcas sejam ouvidos e envolvidos no processo, embora o título da notícia seja “Secretário de Estado da Saúde garante valências no Médio Tejo”. Tem cópia do requerimento apresentado pelo BE, ao Exmo. Presidente da República para que fosse disponibilizado o estudo desenvolvido pela Antars Consulting, empresa contratada para fazer o estudo da distribuição de valências a nível nacional. Dessa forma e atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do BE solicitou ao governo, através do ministério da saúde, cópia dos relatórios efetuados pela Antars sobre a reorganização da oferta hospitalar para a administração regional de saúde de Lisboa e Vale do Tejo. A resposta que obtiveram foi que a empresa tinha procedido à entrega de uma versão preliminar da proposta de reorganização da oferta hospitalar, que ainda se encontra em análise pelo que não pode ser divulgada, ou seja não deram conhecimento do que está previsto. Foram colocadas algumas questões relativas ao futuro dos hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo e Santarém, nomeadamente: quais as implicações da criação do Grupo Hospitalar “O Ribatejo”; quais as valências de cada hospital; se vão existir alterações nos serviços de urgência; como vão ser organizadas as valências de saúde da mulher e da criança; ortopedia; oncologia; medicina interna e cirurgia geral. Olhando para a portaria, o que é reorganizado tem a ver com a distribuição dos serviços hospitalares por grupos, ficaríamos a pertencer ao grupo um, porque no final da mesma, estão os hospitais e as unidades e qual o nível de grupo que lhes foi atribuído, o que pela análise efetuada a maternidade passaria para Vila Franca de Xira, o serviço de nefrologia desaparece. Por esse facto a questão das negociações estão envoltas em secretismo, por não haver grandes explicações, alguns autarcas já vieram a público falar sobre o tema, daí a proposta de moção, ter a ver, enquanto órgão autarca que são, poderem manifestar-se tomando uma posição sobre o assunto, porque envolve a Freguesia e o concelho e a uma população de quinhentos mil habitantes. -----
- ❖ **PSD** – Teresa Martins – Relativamente à moção atreve-se a afirmar que deveria ser mais rígida. Em sua opinião tudo o que diga respeito à saúde e educação não se pode ser brando. Assiste-se a uma degradação ao longo dos anos, neste concelho e nos limítrofes, a nível de saúde que começou com a retirada da maternidade de Torres Novas para

Abrantes. Como cidadã e autarca já manifestou esta opinião. Pensou numa manifestação e estaria na linha da frente. Já chega de nos prejudicarem. Neste local e em conjunto deveriam de refletir e tentar organizar uma equipa, grupo de trabalho, de reivindicação da qual devem fazer parte um ou mais membros de cada partido. Nesse grupo de trabalho deveria haver representantes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, das duas Juntas de Freguesia, das Assembleias de Freguesia e provavelmente alguém da USF e do Centro de Saúde, porque são os técnicos que estão no terreno. Possui ainda informação, que após retirada da maternidade de Torres Novas, para Abrantes o nosso concelho que era o que registava mais nascimentos a nível distrital, havendo à época oitocentos nascimentos por ano, decresceu para quinhentos. Este decréscimo deveu-se ao facto das grávidas passarem para Leiria, Santarém ou até mesmo para Coimbra. Todos sabem que muitas das valências que faziam falta em Torres Novas já saíram. Abrantes está incomportável, sendo do nosso conhecimento que algumas pessoas vêm a falecer por falta de capacidade de resposta. Existem condições e equipamentos, em Torres Novas que se estão a degradar por estarem fechados. Em Abrantes o último piso está fechado porque foi financiado pela NATO, em Tomar instalou-se o caos, por falta de meios. Concluindo esta moção é bastante pertinente, branda demais na sua opinião, basta de gozarem com a população e de a prejudicarem. Os Presidentes de Câmara destes três concelhos, têm de atacar forte e feio esta questão e se for preciso os outros órgãos autárquicos também ajudam. O Presidente da Câmara de Torres Novas tinha muita influência e muita importância em tudo o que era parte governamental e não fez nada para a maternidade permanecer em Torres Novas. Pelo contrário a senhora que neste momento é Presidente da Câmara de Abrantes tem feito tudo o que é possível para levar todas as valências para a cidade e, tem conseguido, com mérito. Não está em questão o partido, mas sim a pessoa. Com a saúde não se brinca e cada vez mais estão a ser prejudicados os utentes. Solicita ainda ao Presidente da Assembleia e ao Presidente do Executivo que façam chegar estas palavras ao Presidente da Câmara Municipal. -----

- ❖ **PSD – Adelino Lopes** – É um assunto muito importante, que não pode ser deixado passar em branco, contudo foi escasso o tempo disponível para ler a lei, mas confia plenamente no trabalho da deputada do BE. Concorda com um grupo de trabalho restrito, mas gostaria de chamar a atenção para três aspetos, a saber: na parte final do rosto lê-se” *...nestas circunstâncias a Assembleia de Freguesia de S. João Baptista – Entroncamento, decide...*”, decide aqui várias coisas, e depois na parte detrás, “*...apoiar iniciativas neste mesmo sentido, providas de outras autarquias...*”, cuidado aqui não tem as condições em que vai ser apoiado. A Assembleia diz á Junta que têm de apoiar tudo o que vem das outras autarquias, não irá haver problemas? ; “*... arranjar um grupo de trabalho para alertar as populações...*”, também não diz como, ou seja

concorda, mas é necessário ter cuidado com a ambiguidade das palavras que podem suscitar interpretações erradas. -----

- ❖ **PS** – José Canelo – Salienta que este tipo de assuntos deveria ser entregue com algum tempo de antecedência para haver tempo de preparação. Na própria moção existe um parágrafo que deveria de ter outra redação “... *pronunciar-se pela manutenção de todas as valências existentes nas diversas unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo, as que mais diretamente servem a nossa Freguesia;...*”; entende que este tipo de reestruturação deve ser feita pelos técnicos competentes pois eles é que sabem como coordenar melhor os trabalhos. Fomos a zona do País mais privilegiada em termos de hospitais, com três unidades hospitalares: Torres Novas, Tomar e Abrantes, agora tornaram-se um problema, em vez de ser uma mais-valia. Agregando-se perdem –se valências e piora a qualidade de serviço. Uma pessoa com qualquer problema vai ser sempre monitorizada para Abrantes, quer seja cardíaco ou oftalmológico, fazem aí a triagem e depois é que são enviados para outro lado. Está a tornar-se perigoso, porque todos ficam prejudicados. Os investimentos feitos no passado, pagos pelos contribuintes, estão a passar para grupos privados. Está a ficar-se sem qualidade de vida, só quem tiver dinheiro é que pode usufruir de tratamentos de saúde no privado e isso é muito preocupante. Os grupos fortes como o Espírito Santo e outros é que estão a usufruir dos investimentos feitos por todos os portugueses. É o desinvestimento e a falta de capacidade de gerir uma unidade desta natureza. -----
- ❖ **CDU** – Martins Jorge – Tem alguma dificuldade em interpretar a portaria e exigir a sua revogação, tem de confiar no trabalho feito pelo BE. No que se refere à saúde, não tem problemas em ser apoiante das palavras da deputada Teresa Martins, esta moção é branda demais. O que estão a fazer com a saúde é preocupante, tendo vindo a público uma notícia de que toda a direção, no São João no Porto, se demitiu em bloco. Não é um hospital qualquer. Gostaria de ver referida nesta moção, uma entidade, uma comissão de utentes. No que se refere ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E, tem havido uma comissão de utentes que se tem movimentado numa tentativa de mobilizar a população para evitar esta mudança de valências de hospital para hospital e que deveria ser mencionada neste documento e posteriormente ter conhecimento das medidas que forem aprovadas nesta Assembleia. Gostaria de ver retirado o parágrafo “...*O Pronunciar-se pela manutenção de todas as valências existentes...*” porque deixa uma preocupação relativamente aos três hospitais, houve coisas que foram modificadas, em que as populações estiveram contra ao longo destes anos, e quando falamos que se mantenham as valências, se calhar houve alturas em que ele próprio se manifestou contra mudanças que foram efetuadas nos três hospitais muito recentemente e se estiver favorável a isto está a manifestar-se pela manutenção das valências tal como estão. Se

- não retirarem o parágrafo, pelo menos que seja alterado. Está de acordo com a opinião formulada pelo deputado Adelino Lopes, também tem alguma reticências, porque apoiar iniciativas providas de outras autarquias, pode trazer algum engulho. Se a moção fosse aprovada gostaria que fosse enviada para a Comissão de utentes do Médio Tejo. -----
- ❖ **CDS** – Teresa Botas – Não há muito mais a acrescentar porque tudo já foi dito. É sem dúvida uma questão de extrema importância que não deve cair no esquecimento. Pensar em organizar um grupo para tratar deste problema, é fundamental. -----
 - ❖ **PSD** – Teresa Martins – Pediu desculpa de voltar a tomar a palavra, não deveria, mas enquanto decorreu este périplo pelos vários partidos, vi uma nota que tinha tomado e que não tinha abordado, no mesmo parágrafo que já foi mencionado “... *pronunciar-se pela manutenção de todas as valências existentes nas diversas unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo, as que mais diretamente servem a nossa Freguesia...*”, colocaria uma questão quais, porque em sua opinião não há mais umas do que outras, porque é evidente que o Entroncamento e a nossa Freguesia estão acima de tudo e de todos, mas é uma questão geral. Relativamente ao que o deputado do PS referiu, é verdade que estes hospitais foram construídos com dinheiros públicos, mas também é verdade, e para ela é fundamental, não é uma questão de PS ou PSD, ambos têm culpa, são três hospitais que não servem para nada, quando deveria ser um que servisse todas as populações, nenhum tomou a atitude correta. A única coisa que interessa é que são seres humanos, são cidadãos. Dois grandes senhores, um do Partido Socialista outro do Partido Social Democrata é que proporcionaram esta questão que estamos a viver, permitiram que tivéssemos três hospitais, que no fundo, não servem para nada, e deveríamos ter um bom hospital que servisse praticamente o distrito inteiro, não descurando o Hospital de Santarém que é a capital de distrito. Tenta sempre ser objetiva nestas situações. É evidente que na altura em que construíram o Hospital de Tomar, o último a ser feito, já se falava em haver um único, na Atalaia, que não foi construído por questões políticas dos dois partidos e de todos os outros. Não vale a pena escamotear a questão. Uns falam contra os outros, mas ninguém tomou atitude nenhuma. Esta é a realidade, nem CDU, nem BE, nem Verdes, nem partidos dos animais. Quem sofre são os cidadãos. A Comissão de utentes é muito importante, tem tido imensas iniciativas louváveis, mas não tem conseguido levar a bom porto as suas intenções. Infelizmente no nosso país os presidentes de Câmara são os mais importantes, mais representativos, são a primeira cara e tem de se começar por aí. Se a Dr^a Maria do Céu Albuquerque consegue tudo o que quer para Abrantes os outros presidentes também podem conseguir. Uma comissão destas, um grupo de trabalho destes não pode deixar de ter técnicos da área da saúde, médicos e enfermeiros, pois são pessoas que conhecem o que se passa no terreno. Não tem problemas em votar favoravelmente esta moção, mas

entende que a mesma deve ser reestruturada. Essa reestruturação poderia ser elaborada por um grupo de trabalho constituído por um membro da mesa da Assembleia de Freguesia, um do executivo e um de cada partido.-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente do Órgão Executivo, que informou que na última Assembleia Municipal também foi aprovada uma moção do BE idêntica a esta.-----

----- No seguimento desta informação, o Presidente da Assembleia de Freguesia perguntou se alguém queria tecer mais algumas considerações. Como ninguém se manifestou a moção foi colocada a votação, mas com uma ressalva, que fosse dada possibilidade de serem introduzidas as sugestões que foram apresentadas, ou através da preponente ou preferencialmente por um grupo de trabalho, não muito extenso, que fosse criado para o efeito e que vinculasse fortemente o que foi referido pelas diferentes bancadas. A Moção foi aprovada por unanimidade e o grupo de trabalho constituído será composto pelos deputados do BE - Anabela Cavalheiro, do CDS - Teresa Botas, do PS - José Canelo, CDU - Martins Jorge, PSD - Adelino Lopes, Assembleia de Freguesia - José Campanhe e Junta de Freguesia - Alice Duarte, que reunirão na sede da Junta de Freguesia, no próximo dia vinte e cinco, quarta-feira, pelas dezanove horas.-----

❖ **PSD - Adelino Lopes** - deu como sugestão que cada um se debruçasse sobre o assunto, fazendo o trabalho de casa; na reunião compilavam as opiniões e elaborariam em conjunto o documento final. -----

❖ **BE - Anabela Cavalheiro** - afirmou que após ter ouvido a intervenção das diferentes bancadas, tomou a liberdade de fazer algumas alterações ao texto. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente do Órgão Executivo para que ele fizesse a apresentação do projeto "Laços e Abraços - Apoiar o Idoso", que foi enviado para todos os deputados, para conhecimento.-----

----- Fazendo uso da palavra, o Presidente do Órgão Executivo informa que qualquer tipo de esclarecimento/informação será prestado pela Vogal, Conceição Faustino e pela Voluntária Fernanda Maurício, não fazendo sentido estar a ler agora o documento que é extenso. Esclarece que o projeto vai ser implementado faseadamente, porque apoiar o idoso é complicado e moroso. Já foi aprovado em reunião de executivo e ir-se-á desenvolver-se por etapas. Se necessitarem de algum esclarecimento, é só solicitar. -----

----- No desenrolar do assunto o Presidente da Assembleia de Freguesia devolveu a palavra aos deputados para que se pronunciassem. -----

❖ **CDU - Martins Jorge** - Gostaria de alguns esclarecimentos, nomeadamente se o projeto não terá de ser presente à Assembleia de Freguesia para aprovação. No projeto existem protocolos e parcerias com entidades, que implicarão despesas pelo que se poderá questionar se o mesmo terá pernas para andar. Independentemente de ser presente em Assembleia de Freguesia, tem de ser alterado o texto na página seis na introdução

“...em que se dá corpo a um compromisso apresentado pela Junta...” porque está incorreto, já que a Junta de Freguesia não teve programa eleitoral, não foi a eleições. Uma outra questão prende-se com a referência à AVASOCIAL, enquanto parceira- Não deveria de estar no mesmo nível de outras?-----

- ❖ **PSD** – Teresa Martins – Em relação ao projeto não o leu em condições, somente três ou quatro parágrafos. A ideia fundamental considera-a excelente. Tal como o nome indica é um projeto, no entanto se acontecerem protocolos e afins carecem de aprovação da Assembleia. Se houver custos então isso nem se põe em causa. Por outro lado existem outras entidades para além da AVASOCIAL que desenvolvem este tipo de trabalho. Gostaria de posteriormente, uma vez que o projeto ainda não está implementado, saber como vai trabalhar os grupos de voluntários, porque há mais voluntariado no Entroncamento além deste. Tal como o deputado Martins Jorge referiu, este projeto pertence a uma lista que se candidatou e não, propriamente, a uma Junta. -----
Um outro aspeto que lhe faz alguma confusão é ver o brasão e o logotipo da freguesia juntos pois as cores são completamente diferentes. Já reparou que o atual executivo está mais virado para o brasão, mas misturar os dois, se calhar não é muito correto. É uma questão de estética mas que acaba por baralhar as pessoas. Os brasões são todos muito iguais, muito difíceis de identificar, têm de se estar bem perto para identificar, já as imagens não. É um bom projeto a implementar.-----
- ❖ **BE** –Anabela Cavalheiro – Leu o projeto todo e em primeiro lugar ficou satisfeita por existir, estando bem fundamentado e essa é a nota positiva pois é importante haver um projeto de voluntariado que se dirige à população idosa. Ficou com a sensação de que a AVASOCIAL tem um papel de destaque no projeto mas pareceu-lhe que estão abertos a outras entidades. -----

----- Tomando a palavra o Presidente do Órgão Executivo, esclareceu a dúvida dos deputados Martins Jorge e Teresa Martins, relacionadas com a página seis do projeto, informando que tinha sido um lapso, que não iria ficar assim. Em relação ao brasão, considera que a deputada Teresa Martins tem razão, quando diz que estes são quase todos iguais, mas pessoalmente gosta mais do brasão e por isso a sua utilização é mais assídua, do que a imagem. Relativamente à AVASOCIAL, refere que o projeto fala em protocolo, mas o que existe na realidade é um entendimento. Esse entendimento irá consistir na utilização de voluntários inscritos na Associação de Voluntariado, sempre que for necessário, evitando a criação de um “Banco de Voluntários” e todas as despesas inerentes, como seguros, transportes e outros. A AVASOCIAL comprometeu-se que sempre que fosse necessário, um determinado voluntário, com determinadas características, para determinada situação seria só solicitar. A Junta de Freguesia analisará se o voluntário se enquadra na tarefa que poderá ficar o tempo necessário para dar continuidade a determinada tarefa. Considera que poderá

vir a existir, também, um entendimento com os serviços sociais da Câmara Municipal. Para prestar mais esclarecimentos passou a palavra à Vogal Conceição Faustino, que afirmou que o projeto era estritamente levado a cabo por voluntários, a custo zero. Esclareceu que se tentou anexar dois organismos que podem impulsionar o projeto, porque sem eles o projeto teria dificuldades em funcionar. Não existe projeto de voluntariado sem voluntários e não há projeto solidário sem *Entroncamento Solidário*. Apoiar o idoso, não em termos efetivos como o Centro de Saúde, na prestação dos cuidados continuados, nem como os Lares na prestação de auxílio doméstico, mas sim no apoio moral que o idoso necessita, e o apoio voluntário em serviços que podem ser prestados, não deixando a pessoa sozinha, ajudando a quem tem falta de mobilidade. Resumindo não é um projeto da Junta de Freguesia, mas de todos os fregueses da Freguesia. Pessoas que tenham conhecimento de vizinhos ou de munícipes com dificuldades, que se enquadrem no projeto, basta sinalizarem. Inicia-se o processo com uma ficha de sinalização, e a partir daí com contactos telefónicos periódicos, para saber concretamente o que se passa com a pessoa, se precisa de ajuda e que tipo de ajuda. Criamos uma história evolutiva da situação do idoso em função da sua necessidade. A data de início do projeto foi apontada para um de julho, porque porventura alguns familiares mais próximos dos idosos, ausentam-se para férias. Se deixarem os idosos sinalizados na Junta de Freguesia de São João Baptista, é mais fácil de ajudar e agir em caso de necessidade. Tudo isto irá chegar ao CLASE e a outras entidades que praticam apoio social. Quem quiser integrar o projeto será bem-vindo. Oportunamente será celebrado o acordo de parceria, para aí ficar vinculado quais as responsabilidades de cada um, até onde é que devemos ir, porque há direitos que têm de ser preservados. Quem tiver sugestões que possam ser anexadas ao projeto, poderão fazê-lo, muitas cabeças pensam mais que uma, tudo na tentativa de melhorar a qualidade vida dos nossos idosos. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia entra no período da Ordem do Dia e pergunta ao público presente se quer intervir, como ninguém se manifestou o Presidente passou à ordem do dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO UM - Appreciar e Votar a 1ª Revisão Orçamental** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o documento em apreciação, dando a palavra às bancadas para que se pronunciem. -----

❖ **PSD – Adelino Lopes –** Analisou o documento e verificou que a rubrica 01.03.02.01.20 – Material de Educação, Cultura e Recreio, tem um reforço de dez mil euros; a rubrica 02.02.02.09 – Comunicações tem um reforço de dois mil e quinhentos euros, gostaria de saber o porquê esses valores, atendendo a que confrontou as mesmas rubricas com os valores desde dois mil e quatro até ao presente e constatou terem um valor muito superior. -----

- ❖ **CDU – Martins Jorge** – Solicitou esclarecimentos que se prendem com as rubricas 02.01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação, tem um reforço de treze mil novecentos e vinte e oito euros e sessenta e nove cêntimos; a rubrica 02.01.01.13 – subsídio de refeição, tem um reforço de quatro mil euros e a rubrica 04.02.01.15 – Prémios, Condecorações e Ofertas, tem um reforço de cinco mil euros. Em sua opinião as duas primeiras devem ter a ver com o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, onde estão inseridos os Contratos de Emprego e Inserção – CEI e CEI+.

----- Depois de colocadas estas questões o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou ao Técnico de Contas que esclarecesse as dúvidas.

----- Tomando a palavra, o Técnico de Contas, Hélder, esclareceu que as duas primeiras rubricas a que o deputado da CDU se referiu, têm de facto a ver com os Contratos de Emprego e Inserção - CEI e CEI+ , que estão a decorrer na Junta de Freguesia. Dizem respeito ao valor da bolsa mensal e ao subsídio de refeição. No que diz respeito ao reforço da verba na rubrica Prémios, Condecorações e Ofertas, pede ajuda ao executivo.

----- Tomando a palavra o Tesoureiro do Executivo prestou as informações necessárias para que os deputados que intervieram ficassem devidamente esclarecidos.

- ❖ **PSD - Adelino Lopes** – Em sua opinião e no mandato anterior os materiais que identificavam a Autarquia eram entregues para as diversas coletividades, por isso tinham expressão na rubrica 04.02.01.15, por onde eram adquiridos. Os dois mil e quinhentos euros nas comunicações tem razão de existir, porque o nível de comunicações são variadas. Nos anos anteriores gastavam menos, não quer com isto dizer que este executivo esteja a gastar muito. Embora continue com a sua ideia, está esclarecido.

----- Depois desta intervenção o Presidente da Assembleia de Freguesia inquiriu se mais alguém se queria pronunciar, como não houve mais perguntas, colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- O Presidente passou ao ponto seguinte.

----- **PONTO DOIS – Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia**

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia coloca em discussão a Informação Escrita do Presidente.

- ❖ **PSD – Adelino Lopes**, referiu que a informação está explícita, dando os parabéns ao Executivo pelo trabalho desenvolvido. Verifica que há trabalho, contudo na situação financeira apresentada, verificou um erro, sabe como acontece. Confrontando o quadro de cima do lado direito tem o valor de vinte e três mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos e o quadro referente à despesa tem expresso vinte e três

mil novecentos e quatro euros e onze cêntimos. As parcelas têm de ser iguais e não são, têm uma diferença de quarenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

- ❖ **CDU** – Martins Jorge – Intervém solicitando que os apoios que são concedidos às Instituições fossem discriminados, para se saber quanto é que se dá a nível da cultura e associações do concelho. De uma forma sucinta, solicita ainda, informações acerca dos Contratos de Emprego e Inserção - CEI, nomeadamente onde é que eles foram absorvidos. -----
- ❖ **PSD** – Teresa Martins – Consultoria- Foi realizada uma despesa de duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos, com não está discriminado em quê, pergunta se diz respeito à emissão de pareceres ou outros. -----

----- O Presidente do Órgão Executivo, retomou a palavra para esclarecer o deputado Martins Jorge de que os Contratos de Emprego e Inserção CEI e CEI+, são algumas das pessoas com que nos cruzamos, diariamente, a varrer as ruas, nas escolas do 1º Ciclo e nos Jardins de Infância, em espaços ajardinados, através do Contrato de Delegação de Competências. -----
Em relação à diferença na soma dos dois quadros na informação financeira, apresentada pelo deputado Adelino Lopes, prende-se com o facto de faltar o valor do IVA na despesa consignada às Comemorações do Dia Mundial da Criança, que é de quarenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos. Em relação à dúvida da deputada, Teresa Martins, esclarece que o valor consignado na rubrica Consultoria prende-se com a avença paga mensalmente ao Técnico de Contas. -----

----- Para que todos os deputados ficassem com a Informação Financeira correta, o Presidente do Órgão Executivo pediu à funcionária Adelina, que procedesse à sua retificação, e o distribuísse pelos deputados. -----

----- Informou ainda, que de acordo com o prometido eram para ter recebido um por cento do valor do IMI urbano, o que não se verificou, desconhecendo se o dinheiro ficou retido na Autoridade Tributária ou se seguiu para as Câmaras Municipais. Inclusive a Associação Nacional de Freguesias solicitou essa informação junto das autoridades competentes e não obteve resposta. Sem essa transferência existe um buraco orçamental de cerca de um por cento na Freguesia, no entanto considera que em outras freguesias o valor será bem maior. -----

----- Informou que esteve presente numa reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta do Entroncamento para aprovar o Plano Operacional Municipal, tendo sido aprovado, sujeito a algumas alterações. -----

----- Comunicou que se realizou a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação para aprovação da Proposta do Regimento Interno. No decorrer deste mês haverá também uma reunião do Concelho Municipal de Segurança para aprovação do Plano de Segurança da Cidade do Entroncamento. -----

----- Por proposta do Presidente da Assembleia de Freguesia e de acordo com o número três do artigo 39º do Regimento desta Assembleia de Freguesia e do ponto três do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia deliberou por unanimidade, aprovar em minuta, a presente ata, para efeitos imediatos as deliberações aprovadas nesta sessão.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão eram vinte e duas horas e trinta minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim, Adelina Maria Durão de Bastos, assistente técnica, que a lavrei. -----